

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CLAUDIA DE CAMARGO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
SOFRIDA POR ADOLESCENTES GUARANIS**

CURITIBA, 2016

ANA CLAUDIA DE CAMARGO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
SOFRIDA POR ADOLESCENTES GUARANIS**

Artigo apresentado ao Módulo VI como
requisito parcial do Curso de Especialização
Educação Pobreza e Desigualdade Social da
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Maysa Ferreira da Silva

CURITIBA, 2016

Educação Escolar Indígena e a Violência de Gênero sofrida por adolescentes Guaranis

Ana Claudia de Camargo

RESUMO: O presente artigo busca refletir acerca da violação de direitos de adolescentes indígenas de gênero feminino da Aldeia Indígena Guarani do Município de Chopinzinho, PR com intuito de relacionar esta problemática com o papel desempenhado pela Educação Escolar Indígena neste processo. Neste contexto, apresentam-se algumas questões referentes à violência de gênero sofrida por mulheres indígenas, bem como o desenvolvimento da Educação Escolar nas comunidades tradicionais indígenas. Sendo assim, foram coletados dados gerais da referida aldeia, bem como dados de ocorrência de violência sofrida por adolescentes registrados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, no período que compreende Janeiro de 2016 à Junho de 2016 e mediante estes dados, realizou-se um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas, destinado aos educadores da Escola da Aldeia estudada com finalidade de considerar a concepção que estes educadores têm sobre a ocorrência de violência de gênero no território estudado. Após coletar estes dados, e ao analisá-los foi possível elencar alguns aspectos que evidenciam como a Educação Escolar Indígena é fundamental para emancipação destas adolescentes e o rompimento de situações de violência. Diante disso, verificou-se em a ocorrência da violência de gênero indígena é complexa, repleta de especificidades, sendo um fenômeno persistente e a educação escolar indígena até o presente momento, apesar de identificar e verificar os agravos na vida destas adolescentes indígenas, ainda não se apresenta como uma política pública capaz de romper com a produção e reprodução da violência de gênero que sofrem cotidianamente as adolescentes indígenas guaranis.

Palavras Chave: Violência, Gênero, Educação Escolar Indígena.

1 INTRODUÇÃO

Analisar questões de violação de direitos, tomando como perspectiva a educação indígena corresponde a uma tarefa que demanda certo cuidado, para evitar (pré) conceitos e determinações que limitem a grandeza e

complexidade destes povos. Neste sentido, esta pesquisa parte de apenas um recorte da realidade social estudada, a qual busca evidenciar vislumbrar alguns aspectos da adolescente indígena guarani mediante a visão de seus educadores.

Esta pesquisa inicialmente partiu através da atuação enquanto Assistente Social, na Aldeia Indígena Guarani do município de Chopinzinho, PR, onde muitas vezes fora solicitada para atender inúmeros casos envolvendo violação de direitos de meninas adolescentes neste território, tais como abandono escolar por motivos de gravidez precoce, abuso sexual, abandono familiar, violência doméstica atrelados a demais problemas. Neste sentido, observando esta dinâmica em relação à escola indígena neste território, inúmeros questionamentos foram surgindo, uma vez que notoriamente tais problemas envolvendo as adolescentes eram crescentes. Neste contexto complexo e diverso, que surge a questão que norteou a pesquisa: “Se a educação escolar indígena tem contribuído para romper com as situações de violação de direitos de meninas adolescentes indígenas da Aldeia Guarani de Chopinzinho”. Diante deste questionamento que se buscou analisar os educadores, uma vez que estes são fundamentais neste processo de ensino aprendizagem e de emancipação.

É importante destacar as peculiaridades territoriais, étnicas, religiosas e culturais dos povos indígenas, especificamente dos povos guaranis. Neste sentido, que se busca através da literatura e de diversas dissertações e teses já elaboradas acerca dos povos indígenas, levantar alguns pontos importantes para esta pesquisa e tendo também como diretriz a pesquisa de campo realizada neste território.

Sendo assim, este artigo, inicialmente traz os elementos teóricos, os quais buscam embasar cientificamente a pesquisa através do conhecimento já postulado, contrastando com a pesquisa de campo, a qual se dá através da análise documental, a partir de dados fornecidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS do município de Chopinzinho, o qual atender famílias e indivíduos vítimas de violência e dentre estes grupo destaca-se para a presente pesquisa as adolescentes indígenas guaranis.

Para contrastar com dados acerca da violência de gênero sofrida por adolescentes indígenas guaranis, buscou-se relacionar com a Educação Escolar Indígena, a qual está situada no interior deste território e corresponde a um importante elemento para o aprofundamento do debate acerca do papel da educação escolar no processo da luta pelo rompimento de tal processo que atinge cotidianamente um grande número de adolescentes indígenas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.2 Educação Escolar Indígena

Conforme diversas bibliografias consultadas e revisando o histórico da Educação Indígena no Brasil, verificou que os programas de escolarização dos povos indígenas existiram de forma homogênea e tutelar desde os primeiros contatos dos povos indígenas com os ocidentais, perdurando até meados da década de 1980. Diante dos vários acontecimentos acerca da Educação Escolar Indígena, optou-se em analisar especificamente os períodos que seguem após a Constituição Federal de 1988.

Com o advento de vários movimentos sociais, o movimento indígena passa a ingressar também, na busca por seus direitos, dentre estes, o da educação escolar indígena.

Entendemos que a educação escolar indígena, com a mudança dos marcos legais em 1988, seja na Constituição Federal seja na legislação infraconstitucional, vem modificando e incorporando em sua prática novos elementos a partir da experiência e proposição das comunidades indígenas, porém, percebemos que no caso Guarani em nenhum momento ela deixa de ser elemento externo às práticas do grupo e em nenhum momento ela deixa de cumprir uma função social específica, relacionada a criar uma homogeneidade social em termos de pensamento e ideologia (BRIGHENTI E NÖTZOLD, 2012, p.26).

A proposta de identificar políticas públicas para as populações indígenas, na área educacional tendo como recorte o estudo da aldeia acima citada, leva em consideração inicial, o Estatuto do Índio quanto a concreto

estudo do Art.2º, no contexto de análise dos programas e ações que garantam como forma de proteção e preservação das comunidades indígenas, os mesmos garantam:

[...] aos índios e às comunidades indígenas se estende à proteção das leis do País, no mesmo termo em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta lei. (Parágrafo único da Lei nº. 6.001). Estatuto do Índio, Art. 2º. (Lei n. 6001 – de 19 de dezembro de 1997)

Sendo assim, a educação escolar indígena tende a contemplar aqueles conhecimentos tradicionais por processos de ensino-aprendizagem que lhes garantissem acesso aos códigos escolares não indígenas. Deste modo, verificamos nas palavras de Terena:

Quando falamos em direitos humanos indígenas, falamos do processo educacional e de conscientização dos demais brasileiros, contada através da verdadeira história com essa mancha na formação do nosso país. Queremos que ela seja sempre lembrada para a atual sociedade e para as futuras gerações, para que jamais se repita. E que o simples fato de sermos diferentes, não mais nos marginalize, nos discrimine, nos separe e nos aleije de uma nova aliança por um futuro melhor [...]o governo brasileiro, principal responsável pela política indigenista oficial, deve retomar a condução dos debates e do planejamento voltado para um futuro melhor das sociedades indígenas, sob a ótica do resgate, do desenvolvimento, da dignidade e da paz social, princípios básicos dos direitos humanos[...]. (TERENA, 1998, p.2-7).

No que diz respeito a Educação escolar das tribos guaranis verifica-se que há uma imensa diversidade no entendimento, análise e percepção do que propõe com a educação escolar. Sendo assim, a educação para os povos guaranis observa-se: “A cosmovisão xamânica Guarani considera a sociedade como um todo, em que a educação não se separa, espacial e temporalmente, das demais práticas (BERGAMASCHI, 2007, p. 201)”.

Dentro deste aspecto, entende-se que assim como as demais culturas há modificações e transformações em vários aspectos também entre os povos indígenas como aponta Bergamaschi:

A cosmologia dos povos indígenas não é estática, tampouco essencialista e pura, pois, como todas as sociedades, os Guaranis também se modificam, se reinventam a todo o momento e saberão se

reinventar diante de novos acontecimentos, entre eles a escola, como já estão fazendo. Contudo, temos que reconhecer o poder homogeneizador da instituição escolar, especialmente no que tange a instaurar tempos e espaços únicos, igualmente impondo saberes ocidentais como verdades absolutas (BERGAMASCHI, 2007, p. 201).

De tal modo, as transformações ocorridas em toda educação ao longo dos tempos no país, à educação voltada para povos indígenas também teve suas modificações, havendo uma série de elementos ainda necessários para uma verdadeira educação indígena efetiva como afirmam os seguintes autores:

Atualmente a escola é uma realidade nas aldeias Guarani, no entanto a terra demarcada com possibilidades de desenvolver atividades relacionadas ao universo cultural e mitológico é um projeto distante devido a omissão do Estado na implementação das determinações constitucionais que dizem respeito aos povos indígenas (BRIGHENTI E NÖTZOLD, 2012, p.35).

Dentro deste aparato, a educação indígena guarani apresenta suas especificidades tanto nos aspectos culturais, espaciais, territoriais e temporais sintetizando os autores a seguir assim refletem:

Percebemos que o conflito entre educação escolar e educação Guarani ocorre justamente na ordem do discurso que fundamenta a cosmologia das sociedades que criaram seu sistema. Ao impor aos Guaranis outro modelo estamos impondo uma outra racionalidade. Convém perceber também que não apenas para o outro a educação pode significar um imposição de valores, mas ela serve para manter e reproduzir as desigualdades no interior de uma sociedade (BRIGHENTI E NÖTZOLD, 2012, p.37).

Neste sentido, entende-se que os aspectos legais e estruturais de fato levaram a Educação Escolar para o interior das aldeias, entretanto, ainda não fora efetividade uma educação escolar que priorize de fato a cultura destes povos admita os significados necessários que os indígenas requerem para a educação que lhes está sendo fornecida enquanto política pública.

Não obstante considera-se que a educação escolar indígena ainda configura-se como uma forma de integração à sociedade não indígena, como aponta Oliveira:

No Brasil, os povos indígenas vêm passando por um intenso contato com a sociedade envolvente, o que traz para estas muitas transformações em seu modo de organização econômica, social, política e cultural. Nesse processo, a escola tem assumido papel

fundamental. Ao longo da história de escolarização dos povos indígenas, configura-se uma tendência de adoção de práticas que visavam integrá-los à sociedade nacional (OLIVEIRA, 2009, p. 38).

Diante do exposto, percebe-se que a emancipação dos povos indígenas através da educação ainda apresenta-se como um desafio, desafio este atrelado aos aspectos culturais, territoriais e sociais, onde neste processo atualmente aglomeram-se múltiplas questões como as de violência de gênero, que serão apontadas a seguir.

2.3 As questões de gênero Indígena

Ao averiguar bibliografias que versam sobre os povos indígenas, verifica-se que de maneira geral os povos indígenas sofreram e vem sofrendo constantemente violação de seus direitos humanos fundamentais das mais variadas formas seja no contato com direto ou indireto com as sociedades não indígenas, seja nas inter-relações construídas ao longo dos tempos.

Rodolfo Stavenhagen (2007), em seu relato para o Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2007, já apontava pelos relatos das mulheres indígenas as denúncias que estas fizeram sobre algumas práticas em suas comunidades, tais como: Matrimônios forçados, a prática de doar filhas a outras famílias, a frequente violência doméstica, a violação das meninas, o despojo de suas propriedades, o limitado acesso das mulheres à propriedade da terra e outras formas de supremacia masculina e patriarcalismo. As mulheres têm pouca oportunidade de denunciar estes abusos ante a lei, e quando o fazem sofrem incompreensão e pressões fortes no seu meio familiar e comunitário.

A problemática da violência praticada contra as mulheres indígenas tem sido marginalizada no processo da construção do gênero. Apesar deste desinteresse, desde muito a violência tornou-se onipresente em todas as sociedades humanas, ao que as sociedades indígenas não ficaram imunes (SIMONIAN, 1994, p.04).

Dentro deste aparato estão as mulheres indígenas que de acordo com um relatório da ONU (2010), uma em cada três índias é estuprada ao longo da

vida. Isso evidencia que as mulheres indígenas estão em maior escala de vulnerabilidade social e violação de direitos que as demais, inicialmente por serem mulheres e por serem indígenas:

No caso das sociedades indígenas, há de se considerar não apenas formulações sobre “homens” e “mulheres”, mas uma reflexão que compreenda o contexto histórico, sociocultural e político em que estão inseridas, na complexa relação entre o mundo da aldeia/local e o exterior/global (SACCHI, 2014, p.63).

Neste contexto amplo de violação de direitos indígenas, situam-se as questões de violações de direitos relacionadas ao gênero e o desempenho da figura feminina neste processo.

Em termos de garantia de direitos, as problemáticas das mulheres não se descolam das problemáticas gerais dos povos indígenas, mas contêm especificidades. Nesse ponto, refletem acerca das relações com o mundo circundante, das posições que ocupam no interior de suas comunidades e dos costumes que vão contra seus direitos (SACCHI, 2014, p.67).

Sendo assim, faz-se necessário perceber que as questões de gênero também abarcam as comunidades tradicionais com todas as suas peculiaridades e singularidades étnico-culturais como o seguinte autor, aponta:

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1997, p. 23).

Verifica-se que, as transformações que ocorrem com os povos indígenas interferem nas relações de gênero, tendo como múltiplas consequências os graus de violação de direitos das mulheres indígenas, uma vez que:

Grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, 2003, p.119)

Dentro deste aparato, além das violações de direito que são frutos das intervenções da sociedade sobre o modo de vida dessas populações, também faz-se necessário refletir acerca da violência sofrida pelas mulheres indígenas no seio de suas próprias comunidades.

[...] o conceito de gênero enfatiza essa pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser, vividas e experiênciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou, ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (MEYER 2013, p. 17),

Diante dos elementos expostos entende-se que as mais variadas formas de desestruturação das sociedades indígenas, que vem ocorrendo desde a colonização europeia até os dias atuais de modo geral, têm incidido nos elos mais fracos dessa sociedade: as mulheres e as crianças.

Quanto à produção teórica sobre o tema, podemos afirmar que nas sociedades indígenas, marcadas por processos históricos de mudança e por mecanismos de transferência, dominação e integração sociocultural, as mulheres estão submetidas a uma dupla invisibilidade etnográfica: enquanto mulheres e enquanto indígenas (TEIXEIRA E GOMES, 2012, p.61).

Neste sentido evidencia-se que as questões de violência de gênero são decorrentes no interior das próprias comunidades como fora delas:

se, por um lado, já se tem avanços significativos no campo da prevenção e enfrentamento de situações de discriminação e violência contra as mulheres indígenas em contexto interétnico (entre “brancos” e “indígenas”), o mesmo já não se verifica a respeito da discriminação e violência contra essas mulheres nas relações conjugais, familiares e intra-étnicas (VERDUM, 2008, p. 12).

Ao analisar este fenômeno verifica-se que as mulheres indígenas conforme as bibliografias estudadas e o relatório da ONU são as maiores vítimas de violência e até o presente momento sem perspectivas efetivas de resolutividade, assim como busca evidenciar esta pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Apresentando o Universo da Pesquisa

A aldeia indígena Guarani está situada na Comunidade Palmeirinha do Iguaçu no município de Chopinzinho, PR faz parte da Terra Indígena de Mangueirinha, a qual compreende os municípios de Mangueirinha e Coronel Vivida.

Conforme dos dados colhidos na aldeia, atualmente vivem 96 famílias, atingindo aproximadamente 357 pessoas. Destes indivíduos apontados estão matriculados na Escola Estadual Indígena, 150 alunos, os quais frequentam desde a pré escola, Ensino Fundamental primeira e segunda fase até o nono ano.

A escola Estadual Indígena foi fundada em meados do ano 1965, por religiosos católicos com o intuito de catequizar os indígenas. Porém em 2008 anos através há a estadualização da escola a qual passa a ser regulamentada pelo viés estadual de Educação Escolar Indígena.

Em relação ao quadro funcional a escola conta com direção, equipe pedagógica, agentes educacionais na área administrativa e de serviços gerais, sendo 22 educadores e destes 05 professores são indígenas da etnia guarani e também Kaingang.

Destaca-se que são ministradas disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Guarani.

Outro setor pesquisado, o qual informou dados para a composição da pesquisa foi Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS Resgatando Vínculos, sendo este órgão da Política de Assistência Social, da proteção social especial o qual é incumbido de atender indivíduos e suas famílias vítimas de violência e violação de direitos.

Neste sentido o CREAS corresponde o órgão que chegam as denúncias de violação de direitos das adolescentes indígenas guaranis e posteriormente buscam em síntese romper tais problemáticas.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo inicial da pesquisa fora necessário inicialmente recorrer à pesquisa bibliográfica, a qual através de elementos teóricos, conceituais buscou fornecer sustentação teórica para atingir os objetivos propostos da pesquisa.

Conforme então, a problemática apresentada no tema em questão optou-se pela abordagem qualitativa, pois se considera como um dos instrumentos mais coerente devido ao que se propõe essa pesquisa, onde se buscará o entendimento dos processos subjetivos e sociais, por meio da análise das respostas fornecidas dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Assim considera-se que na pesquisa qualitativa: “O pesquisador é um ativo descobridor do significado e das relações que se ocultam nas estruturas sociais (Chizzotti, 2005, p.80)”.

Sendo assim, para desenvolver a presente pesquisa de campo de cunho qualitativo foram realizados alguns questionários com a direção da escola com indagações a respeito da dinâmica escolar e por fim através de questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas que buscaram vislumbrar a visão dos educadores sobre a problemática de gênero e as violações sofridas por adolescentes indígenas guaranis estudantes da referida escola.

Com isso, torna-se importante que os elementos qualitativos ressaltem não só o envolvimento do pesquisador, mas também dos que participam dessa pesquisa, os quais são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimentos, reflexões e produzem práticas diversificadas para os problemas que se apresentam.

Ressalta-se ainda que por se tratar de uma comunidade indígena anteriormente a todo o processo de pesquisa de campo fora encaminhado para

a Liderança indígena uma solicitação formal para a realização da presente pesquisa bem como para a coleta de dados, a qual fora autorizada pelas lideranças indígenas e pela direção da escola.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

O processo de desenvolvimento da pesquisa de campo ocorreu inicialmente mediante as observações obtidas enquanto Assistente Social atuante no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, o qual atende famílias e indivíduos vítimas de violência e direitos violados.

Em relação à comunidade indígena guarani, o CREAS, também realiza atendimentos de indígenas que constantemente tem seus direitos violados e neste contexto encontram-se como uma demanda evidente, as adolescentes indígenas entre 12 e 18 anos de idade conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, as quais constantemente são vítimas de múltiplas formas de violência, dentre estas a mais recorrente é a violência de gênero, como também aponta Sacchi:

O entendimento das particularidades das violências contra as mulheres no universo indígena, deste modo, exige uma discussão acerca dos direitos humanos das mulheres em perspectivas de gênero historicamente situadas, na interface com a questão da etnicidade. E é a partir de suas experiências comunitárias e no interior de suas organizações etno-políticas que as indígenas refletem acerca de seus direitos e das violências que as atingem em diferentes âmbitos (SACCI, 2014, p.63).

Destarte, ao analisar os dados do CREAS, verificou-se que desde janeiro de 2016 até Junho de 2016 foram atendidas 16 adolescentes indígenas, sendo que todas sofrem algum tipo de violência e violação de direitos. Portanto, de um total de 16 adolescentes indígenas atendidas, 06 delas já sofreram abuso sexual no interior de suas famílias; 10 estão grávidas precocemente e são gestantes de alto risco. Além disso, do total de indígenas atendidas, 07 foram abandonadas por sua família de origem e todas relataram

já ter sofrido algum tipo de violência física por familiares e/ou parceiros afetivos.

Sendo assim, a partir destes dados, que se seguiu para a pesquisa de campo no interior da comunidade indígena guarani, a fim de averiguar como os educadores deste território que constantemente estão atuando com estas indígenas concebem a violência de gênero.

Para tanto, a fim de atingir o objetivo proposto nesta pesquisa fora composto um roteiro de entrevista, o qual se encontra nos apêndices, a ser encaminhado para 06 educadores do nono ano do Ensino Fundamental da Escola Indígena, com questões abertas e fechadas, as quais pretendem evidenciar a partir de um pequeno recorte desta realidade social, é entendida e percebida por educadores.

Ressalta-se para melhor destacar e analisar os dados da pesquisa os educadores serão enumerados de 01 à 06 sempre que fora necessário registrar as respostas na íntegra.

Ao entrevistar os educadores do nono ano do Ensino Fundamental da referida escolar percebeu-se a partir das respostas que estes demonstraram não perceber a violência de gênero especificamente neste território.

Alguns pesquisados relataram casos de violência doméstica, por exemplo, que ocorrem em outros territórios e tem notoriedade nos meios de comunicação, ou seja, não relataram os casos de violência que ocorrem no ambiente da aldeia indígena estudada: “Costumo trazer para sala de aula casos de violência contra mulheres que estão na mídia e que alguns deles me perguntam (Educador 03)”.

Destaca-se mediante as respostas ainda a ausência de conhecimento dos educadores em relação a questão de violência de gênero verificando-se que as propostas contidas no Plano Nacional de Educação, as quais devem ser trabalhados temas como gênero ainda não acontecem de maneira significativa nesta escola.

O estudo de relações de gênero em sociedades indígenas favorece importantes reflexões, pois coloca em cheque certezas epistemológicas e teóricas que podem ajudar a impulsionar as pesquisas na área social (GRUBITS, 2014, p.119).

Entretanto, os educadores pesquisados mediante as respostas fornecidas demonstraram que visualizam as disparidades entre adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino no ambiente escolar, como aponta este educador em sua resposta: “É visível que as meninas permanecem mais caladas, mais envergonhadas e a maioria delas não participa das aulas como os meninos, possivelmente seja algo relativo a cultura guarani” (Educador, 02).

Muitos desafios enfrentados pelas escolas indígenas dependem da capacidade de gestão das comunidades e do movimento indígena organizado, como o de transformar ou mesmo criar novas experiências pedagógicas de ensino-aprendizagem nas escolas indígenas, na perspectiva de uma escola e uma educação intercultural, bilíngue, específica, diferenciada e própria (autônoma) com tempo, espaço, conteúdo curricular, metodologias, pedagogias, didáticas e epistemologias próprias. Neste contexto evidenciamos a resposta de um educador o qual afirma que tem conhecimento acerca da problemática de violência de gênero existente entre suas educandas indígenas, porém não consegue vislumbrar ações efetivas para auxiliar no rompimento destas violências (Educador 01).

Ressalta-se que todos os entrevistados, descreveram que são sabedores das situações de violência sofridas por adolescentes indígenas, entretanto, afirmam não possuir dentro das suas metodologias elementos para trabalhar em sala de aula tal tema com efetividade.

Diante do exposto entende-se que discussão destas questões é complexa e ampla, mas qualquer medida a ser adotada, deverá ser impreterivelmente submetida a análise e mediação das comunidades indígenas, ou seja com ampla participação desta comunidade indígena e que a Educação é um elemento fundamental em todo o processo e mesmo atualmente não atingindo o aspecto de ser emancipatória e libertadora, observa-se a necessidade de sua ampliação no que diz respeito a necessidade e o papel que desempenha dentro e fora das comunidades indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a presente pesquisa na referida comunidade indígena inicialmente gerou uma série de questionamentos, os quais se tornam necessários essencialmente compreender sua história, seus costumes bem como a evolução destes, as características territoriais em que estão inseridos e aspectos das relações sociais estabelecidas entre eles.

Em relação a Educação Escolar Indígena, através da bibliografia analisada, verificou-se que mesmo com muitos avanços e diversas tentativas de valorização das múltiplas culturas indígenas e avanços na legislação educacional ainda persistem alguns fenômenos sociais, os quais desafiam os educadores no sentido de melhor compreender e desenvolver os processos educacionais de forma adequada às comunidades indígenas que correspondam de fato a sua emancipação e o rompimento de ações que violam os direitos indígenas, sendo uma construção coletiva com a ampla participação dos indígenas.

Verificou-se também mediante a pesquisa bibliográfica corroborando com a pesquisa de campo que a ocorrência de violência de gênero em comunidades indígenas corresponde a um processo histórico que vem ocorrendo desde a colonização europeia até os dias atuais, tornando-se atualmente em um fenômeno bastante complexo.

No entanto, persistem barreiras que impedem as mulheres indígenas de alcançar seus direitos.

Sendo assim, o fenômeno da violência de gênero corresponde a um desafio a ser abordado pela esfera da Educação Escolar Indígena e que esta possa ser uma política pública capaz de contribuir efetivamente para o rompimento desta problemática.

Contudo esta relação educação escolar indígena e questões de gênero, ainda deve ser ampliada e debatida mediante análises deste fenômeno, buscando alternativas para uma educação plural, participativa que possa contribuir efetivamente para romper com esta problemática que vem ao longo do tempo vitimando milhares de mulheres indígenas.

Diante do exposto, o desafio que ora se apresenta é para reapropriação dos rumos da educação Escolar Indígena de fato autônoma,

diferenciada, e que atenda aos objetivos de vida dos diferentes povos indígenas, onde esta pesquisa possa trazer contribuições para este processo.

Para tanto, que tal pesquisa evidenciou-se apenas como o início de uma ampla discussão acerca de educação escolar indígena e a violência de gênero nestes territórios e é pertinente a evolução do tema abordado para demais áreas do conhecimento e amplitude das análises deste fenômeno, as quais também venham a contribuir para o rompimento de tais violações nas comunidades indígenas, bem como a valorização do povo indígena e sua cultura.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Educação Escolar Indígena: Um Modo Próprio de Recriar a Escola nas Aldeias Guarani**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 197-213, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a06v2772.pdf>. Acesso em 25/09/2016.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio. Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas**. 3. ed. Brasília: Funai/CGDOC, 2005.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Ana Lúcia Vulfe Nötzold. **Educação Guarani e Educação Escolar**. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 2, nº 2, p. 22 – 40. jul./dez. 2010.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 28/08/ 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e educação: teoria e política**. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e*

sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Maria A. M. **Práticas vivenciadas na constituição de um curso de Licenciatura Indígena em Matemática para as Comunidades Indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul.** Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2014.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Los Pueblos Indígenas e sus derechos.** México: UNESCO, s./d. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outraspublicacoes/Libro%20Stavengahen%20UNESCO.pdf> . Acesso em: 10/10/. 20016

SIMION, Ligia. Mulheres Indígenas vítimas de Violência. Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/030%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/030%20(1).pdf).

TEIXEIRA, Isis Aline Vale. GOMES, Ana Maria Rabelo. **A escola indígena tem gênero? Explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xakriabá.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 55-83, dez. 2012 55. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewFile/5057/3325>. Acesso em 25/09/2016.

TERENA, Marcos. Direitos dos índios. <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/indios/marcosterena.html>. Acesso em: 12/09/2016

VERDUM, R. (Org.). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas.** Brasília :INESC. 2008.

APÊNDICE 1:**ROTEIRO DE ENTREVISTA****1- Identificação****Nome:****Idade:****Formação:****Indígena: ()Sim () Não****Fala Guarani: ()Sim () Não****Disciplina que Ministra:****Período em que leciona:****Possui capacitação sobre Educação Indígena, se sim quais?****2- Questões****Como você percebe a Educação Indígena na Aldeia em que atua como educador?****Na disciplina que atua aborda temas relacionados às questões de gênero? De que forma?****Na disciplina em que atua aborda temas relacionados aos direitos das mulheres? Quais?**

Já dialogou sobre assuntos relacionados à violência doméstica e violação de direitos em relação às mulheres?

Percebe no ambiente escolar se há disparidades nas relações de ensino aprendizagem entre meninos e meninas?

Como analisa a Educação Escolar Indígena em relação à superação da violação de direitos das mulheres indígenas?

Já verificou situações de violação de direitos e violências sofridas por alunas indígenas? Se sim quais?